

REAVALIAR PARA DESINCORPORAR: IMPLICAÇÕES ÉTICAS NO CONTEXTO DA RESTITUIÇÃO DE ARQUIVOS DESLOCADOS

L. S. ASCENSÃO DE MACEDO*

Resumo: Este artigo examina as implicações éticas e axiológicas dos processos de reavaliação e desincorporação de arquivos deslocados, com foco na sua restituição ou repatriação. Através de uma Revisão Realista Rápida, foram analisados 27 estudos selecionados com base em critérios teóricos e éticos, incidindo sobre arquivos obtidos em contextos de colonialismo, conflito, migração e dominação. Identificaram-se mecanismos como a negociação entre direitos legais e reivindicações morais, a transição para modelos de curadoria partilhada e a ativação de códigos de ética profissional. Os resultados evidenciam que a restituição de arquivos deve ser entendida como um processo ético e político, orientado por justiça reparadora, respeito pela proveniência e inclusão das comunidades desapossadas. A análise revela ainda que os sistemas de organização do conhecimento desempenham um papel central na legitimação da retenção institucional. Embora conceitualmente rica, a literatura apresenta limitações empíricas, o que exige investigações futuras mais robustas e normativamente claras sobre práticas éticas de avaliação e desincorporação.

Palavras-chave: Desincorporação arquivística; Restituição de arquivos; Reavaliação arquivística; Revisão realista rápida; Ética na Organização do Conhecimento.

Abstract: This article examines the ethical and axiological implications of the processes of reappraisal and deaccessioning of displaced archives, with a focus on their restitution or repatriation. Through a Rapid Realist Review, 27 studies were analysed based on theoretical and ethical inclusion criteria, focusing on archives acquired in contexts of colonialism, conflict, migration, and domination. The review identifies key mechanisms such as negotiation between legal rights and moral claims, transition to shared stewardship models, and the activation of professional codes of ethics. Findings suggest that archival restitution should be understood as an ethical and political process guided by restorative justice, respect for provenance, and community inclusion. The analysis also highlights the central role of knowledge organization systems in legitimizing institutional retention. Although conceptually rich, the literature presents empirical limitations, pointing to the need for further research and clearer normative frameworks regarding ethical archival reappraisal and deaccessioning practices.

Keywords: Archival deaccessioning; Archival restitution; Archival reappraisal; Rapid realist review; Ethics in Knowledge Organization.

* Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos. Email: laureanomacedo@edu.ulisboa.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7251-7314>.

INTRODUÇÃO

A restituição de arquivos às comunidades originárias constitui uma das *uxetiae* e *quaestiones* que opõem instituições e comunidades. Tal processo acarreta desafios éticos significativos, pois as reivindicações não se limitam ao âmbito jurídico, isto é, à definição de quem pode deter ou reivindicar a posse e/ou propriedade do bem em disputa, mas também envolvem a forma como esses acervos têm sido representados, do ponto de vista informacional, pelas entidades custodiantes (Macedo, Silva e Freitas 2022).

Torna-se, assim, essencial compreender os fundamentos éticos e axiológicos subjacentes a estas disputas, por forma a orientar práticas arquivísticas mais consistentes. Este artigo propõe-se analisar criticamente esses fundamentos, reconhecendo que a representação e legitimização institucional dos arquivos condiciona a sua possível restituição.

A possibilidade de restituição ou repatriação física dos arquivos implica, inevitavelmente, a remoção definitiva do conjunto documental do sistema de representação canónica da entidade custodiante, ou seja, da narrativa construída pelas instituições detentoras para justificar a inalienabilidade dos acervos, tendencialmente refletida na missão das organizações e do aparato jurídico que a suporta.

Não é raro que muitos dos arquivos históricos sustentem a sua narrativa de cânone arquivístico com base no paradigma custodial, historicista e patrimonialista (Ribeiro 2001) — acrescente-se, em alguns casos, também colonialista —, em que a aquisição desses acervos tende a ser apresentada como natural, legítima ou inevitável, desconsiderando os contextos de dominação, apropriação ou silenciamento das comunidades de origem. Parte-se da hipótese de que os paradigmas custodial, historicista e patrimonialista operam como mecanismos simbólicos de legitimação da retenção institucional de acervos, mesmo quando adquiridos em contextos de dominação, perpetuando narrativas excludentes e dificultando a justiça reparadora.

A reavaliação¹ e a desincorporação² são cada vez mais reconhecidas como práticas essenciais em instituições de memória. São processos cruciais para gerir melhor e otimizar acervos, garantindo uma melhor adequação destes às missões institucionais e às necessidades dos utilizadores (Huggard e Jackson 2019; Jackson 2019). Reconhecendo que tais práticas não estão plenamente institucionalizadas em diversos contextos, esta revisão analisa os critérios que orientam — ou que deveriam orientar — a reavaliação e desincorporação de acervos, à luz de princípios éticos emergentes.

¹ Utiliza-se este termo relacionado com *reappraisal*, como o processo de avaliação e identificação de materiais que deixaram de merecer integração num arquivo, sendo considerados para desincorporação (Pearce-Moses 2005).

² Em inglês, conhece-se como *deaccessioning* como o processo através do qual um arquivo, museu ou biblioteca procede à remoção definitiva de materiais incorporados no seu acervo (Pearce-Moses 2005).

Estes processos colocam importantes questões éticas, sobretudo quando envolvem não apenas a restituição, mas também a venda, destruição ou relocalização de bens. Embora práticas como estas sejam comuns em países anglo-saxónicos, permanecem pouco institucionalizadas noutras contextos. Ainda que a avaliação arquivística justifique aquisições, muitas não seguiram critérios consistentes, o que exige a sua reavaliação — frequentemente sem suporte jurídico adequado. Avaliações insuficientes ou aquisições pouco fundamentadas podem, após a incorporação, revelar-se problemáticas e exigir reavaliação retrospectiva.

A literatura recente em Organização do Conhecimento (OC) inclui temas como acesso à informação, proveniência, preservação e sensibilidade cultural. A ética na OC emerge como preocupação central, orientando-se por necessidades dos utilizadores, identidades culturais e acesso (Silva, Tognoli e Guimarães 2017; Guimarães et al. 2008). Códigos de ética como o do Conselho Internacional de Arquivos servem de guia, inclusive na restituição ou repatriação. Contudo, há inconsistências entre traduções do Código de Ética³, especialmente quanto à cooperação na repatriação de arquivos, o que fragiliza sua eficácia normativa.

Assim, a pergunta central é: *quais critérios axiológicos e implicações éticas devem orientar a reavaliação e desincorporação de arquivos deslocados com vista à restituição?*

O objetivo deste artigo é realizar uma revisão rápida realista da literatura (RRR) sobre critérios axiológicos e implicações éticas na reavaliação e desincorporação de arquivos deslocados, destacando os desafios enfrentados por instituições de memória.

Apesar do crescente reconhecimento do tema, ainda é pouco explorado como os sistemas de organização do conhecimento legitimam a retenção institucional desses acervos. Esta revisão visa contribuir para a reconfiguração das políticas arquivísticas na ótica da Organização do Conhecimento (OC), integrando ética e valores como eixos estruturantes da avaliação da informação.

1. MATERIAIS E MÉTODOS

1.1. Justificação para a utilização da Revisão Realista Rápida (RRR)

Este estudo aplica a RRR por permitir uma análise crítica dos mecanismos, contextos e valores que moldam os processos de reavaliação e desincorporação. A RRR é adequada a temas sensíveis, como arquivos adquiridos em contextos de dominação, onde fatores históricos, jurídicos e éticos se entrelaçam. Baseia-se no Realismo Crítico (Bhaskar

³ No caso dos arquivos deslocados, as traduções do código de ética do Conselho Internacional de Arquivos revelam inconsistências, sobretudo na última frase do ponto 2: algumas defendem a cooperação dos arquivistas na repatriação em geral, enquanto outras a limitam a casos de ocupação territorial em contexto de guerra (International Council on Archives 1996). Este desfasamento nas traduções evidencia uma fragilidade normativa que limita a eficácia dos códigos de ética como guias da prática profissional, cuja força depende da sua consistência e do compromisso institucional.

1975; Pawson e Tilley 1997), centrando-se na relação entre contexto (C), mecanismo (M) e resultado (O), em vez de inferência estatística, como nas meta-análises.

1.2. Contexto da avaliação

A revisão foca-se em instituições arquivísticas envolvidas na gestão de arquivos obtidos em contextos de conflito, colonização, migração forçada e diáspora, onde há disputas simbólicas e desigualdade de poder.

1.3. Objeto da RRR: política e prática arquivística

Estudam-se práticas de reavaliação e desincorporação ligadas à restituição, analisando-se valores como proveniência e direito das comunidades originárias.

1.4. Desenho e estrutura da RRR

A RRR foi conduzida segundo as orientações metodológicas de Pawson (2006) e Wong et al. (2016), com foco em padrões de legitimação institucional na retenção de arquivos.

1.5. Métodos de recolha de dados

A recolha de dados foi realizada exclusivamente a partir de fontes secundárias e consistiu na condução de uma pesquisa automatizada e estruturada através da plataforma *Elicit* (versão *Pro*), que opera sobre o repositório científico do *Semantic Scholar*, abrangendo mais de 126 milhões de publicações académicas (Bernard et al. 2025). Foram definidos critérios de inclusão: foco arquivístico, tipo de investigação, restituição física, análise ética, critérios axiológicos, perspetiva dos intervenientes e referência à reavaliação/desincorporação.

1.6. Estratégia de amostragem

A amostragem foi teórico-intencional, com seleção iterativa de estudos relevantes, permitindo ajustes consoante emergiam novos contextos e mecanismos. Os estudos foram identificados através da plataforma Elicit, com recurso à base de dados Semantic Scholar, sendo selecionados pela sua relevância para os constructos centrais da revisão.

1.7. Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada segundo uma abordagem dedutivo-indutiva iterativa, orientada pelo modelo *Contexto–Mecanismo–Resultado* (C-M-O), em conformidade com a metodologia de revisão realista. O processo foi realizado com recurso à plataforma Elicit, que utiliza modelos de linguagem baseados em inteligência artificial (IA) para apoiar a triagem, extração e sumarização de literatura científica (Bernard et al. 2025). As evidências resultaram da codificação automatizada de resumos gerados por IA, com

base em metadados e seções estruturadas dos estudos. Os dados foram organizados por tópicos como enquadramento teórico, tipo de arquivo e implicações éticas, servindo de base para configurar padrões C-M-O. A análise dependeu da qualidade das fontes e da inferência semântica dos modelos, dado o acesso limitado aos textos completos.

Foram também aplicadas técnicas de comparação cruzada entre estudos, com o objetivo de identificar variações nos mecanismos de decisão segundo o tipo de arquivo (nacional, institucional, comunitário), o contexto histórico (pós-guerra, colonial, de conflito) e os regimes normativos (jurídico, ético, participativo). Este procedimento visou reforçar a credibilidade interna da revisão e a solidez das configurações C-M-O, focando-se na identificação de relações causais plausíveis com base na evidência disponível. Embora eficaz para uma análise ampla e rápida da literatura, reconhecem-se limitações, como o acesso restrito aos textos completos e a dependência de algoritmos de classificação automática. Assim, os resultados foram tratados como indicadores interpretativos, úteis para refinar hipóteses e orientar inferências teóricas no contexto de uma revisão rápida automatizada. Este estudo visa, portanto, apoiar futuras sínteses mais aprofundadas e metodologicamente robustas.

2. RESULTADOS

2.1. Características gerais dos estudos incluídos

O fluxo PRISMA (Haddaway et al. 2022) da presente RRR está sintetizado na Figura 1.

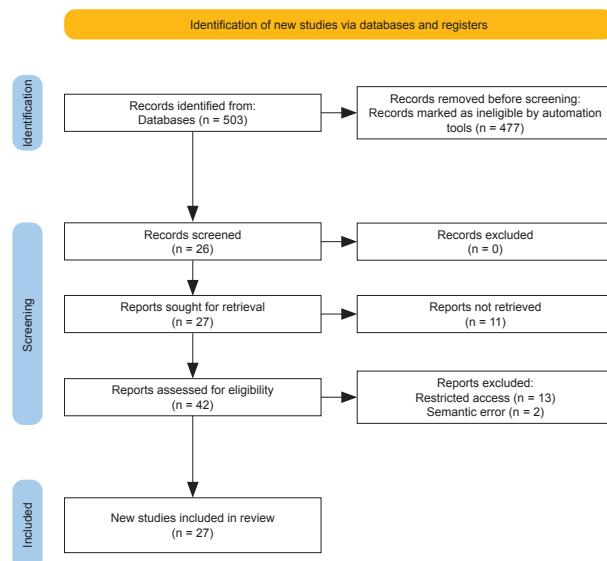


Fig. 1. Fluxo PRISMA

Fonte: Dados da *Elicit*

Um panorama descritivo dos estudos incluídos encontra-se em Macedo (2025), que agrupa as intervenções por região geográfica, tipo de arquivos objeto de disputa, grupos de interesse envolvidos e causas de despossessão. A Tabela 1 detalha a tipologia de estudos, a distribuição de casos de disputa por continentes, tipo de estudos, partes interessadas na disputa e tipologia de arquivos.

De acordo com a Figura 1, foram identificados 503 registos em bases de dados Semantic Scholar através da Elicit, dos quais 477 foram excluídos automaticamente. Após a triagem manual de 26 registos e a tentativa de recuperação de 27 relatórios (dos quais 11 não foram obtidos por erros de indexação), 42 documentos foram avaliados quanto à elegibilidade. Destes, 15 foram excluídos por acesso restrito ou erro semântico. No total, 27 estudos foram incluídos, refletindo um processo de seleção rigoroso e iterativo.

A comparação entre contextos revela padrões distintos. Os estudos sobre África ($n = 5$) focam-se em arquivos coloniais europeus, com destaque para a digitalização como repatriação simbólica, evidenciando barreiras institucionais e desequilíbrios de poder que dificultam a restituição física e desafiam a justiça reparadora. Já na Europa ($n = 12$) e no Médio Oriente ($n = 7$), os arquivos analisados apresentam origens diversas — comunitária, estatal ou privada —, refletindo tensões mais complexas entre legalidade, ética e responsabilidade. As publicações centradas em reavaliação e desincorporação foram excluídas por não tratarem diretamente da restituição.

Dos 27 estudos analisados, a maioria abordou mais do que um grupo de interesse: arquivistas ($n = 26$), entidades governamentais ($n = 25$) e investigadores ($n = 23$) foram os grupos mais frequentemente incluídos. Também foram considerados os representantes comunitários ($n = 16$), populações deslocadas ($n = 13$), e, pontualmente, líderes da diáspora, sobreviventes, e ONG ($n = 1$ cada).

A análise dos tipos de estudo revela uma clara predominância de abordagens teóricas e históricas. A maioria recorre à análise conceptual (74,1%) e histórica (66,7%), muitas vezes combinadas com investigação arquivística (63,0%), refletindo um forte foco crítico e contextual. Em menor escala, surgem investigações qualitativas (22,2%), estudos comparativos (11,1%) e apenas um estudo de caso (3,7%), além de um caso de análise histórica comparada (3,7%).

Verificou-se que os principais mecanismos éticos envolvem a transição para modelos de tutela com participação comunitária e a negociação da propriedade em cenários de desigualdade e herança colonial. Princípios como justiça reparadora, confiança e empatia radical procuram conciliar direitos legais com reivindicações morais, reforçando a proveniência e os laços culturais. Estes pontos refletem fielmente os mecanismos identificados no relatório, nomeadamente: a transição de *custodianship* para *stewardship*, a mediação entre direitos legais e reivindicações morais, e a integração de valores como confiança, proveniência e empatia nos processos de reavaliação e desincorporação de arquivos deslocados (Caswell 2011; Caswell 2013; Lowry 2019a; Lowry 2019b).

Tabela 1. Características gerais dos estudos incluídos (n = 27)

Categoría	Valor absoluto (percentagem)
<i>Datas de publicação</i>	
2020-2024	5 (18,5%)
2010-2019	12 (44,4%)
2000-2009	4 (14,8%)
<2000	6 (22,2%)
<i>Tipologia de estudos</i>	
Artigo científico	23 (85,2%)
Capítulo de livro	4 (14,8%)
<i>Casos de disputa por continentes</i>	
Ásia	18 (36,7%)
Europa	17 (34,7%)
África	5 (10,2%)
América	4 (8,2%)
Global (indeterminado)	2 (4,1%)
Oceania	1 (2,0%)
<i>Tipo de estudo^a</i>	
Análise teórica/conceptual	20 (74,1%)
Análise histórica	18 (66,7%)
Investigação arquivística	17 (63,0%)
Investigação qualitativa	6 (22,2%)
Estudo comparativo	3 (11,1%)
Estudo de caso	1 (3,7%)
Análise histórica e comparada	1 (3,7%)
<i>Partes interessadas na disputa^a</i>	
Arquivistas	26 (96,3%)
Entidades governamentais	25 (92,6%)
Investigadores	23 (85,2%)
Representantes da comunidade	16 (59,3%)
Populações deslocadas	13 (48,1%)
ONG	1 (3,7%)
Sobreviventes	1 (3,7%)
Líderes da diáspora	1 (3,7%)
<i>Tipo de arquivos^{a,b}</i>	
Arquivos públicos	24-25 (88,9%-92,6%)
Arquivos privados	11 (40,7%)
Arquivos coloniais	5 (18,5%)
Arquivos comunitários	3 (11,1%)
Arquivos da diáspora	2 (7,4%)
Outros tipos (1 estudo cada)	1 (3,7%)

Fonte: Elaborado pelo autor

Notas: ^a A contagem total é de 27, uma vez que os estudos podem enquadrar-se em mais de uma categoria simultaneamente. ^b Outros tipos incluem: arquivos dispersos, de estados extintos, indígenas, regionais, étnicos, pessoais, mistos, literários, não governamentais, confessionais, de segurança, digitais e analógicos.

2.2. Principais resultados

A análise dos estudos mostra que as decisões de restituição ou repatriação de arquivos deslocados ocorrem em contextos de colonialismo, conflito, diáspora e mudanças de regime, afetando diretamente populações deslocadas, comunidades de origem e instituições detentoras. Embora os casos analisados não abordem explicitamente mecanismos de reavaliação e desincorporação, revelam dinâmicas relevantes que variam consoante a etiologia do fenómeno, tal não significa que não tenham sido aplicados, atendendo às alusões às implicações éticas que pesaram na restituição/repatriação destes arquivos, como se pode ver em Grimsted (1997; 2010), Montgomery (2010), Caswell (2011), Cox (2011) e Walter (2022).

Destaca-se, assim, alguns mecanismos como a negociação entre direitos legais e morais, a transição para modelos de curadoria partilhada e a contestação do controlo institucional com base na justiça reparadora, assentes em valores como inalienabilidade, proveniência, empatia e património partilhado.

Os resultados vão da recuperação cultural comunitária à reestruturação de políticas institucionais. Esta configuração C-M-O permite refinar a teoria, mostrando que os efeitos da restituição dependem tanto do contexto como da ativação de mecanismos éticos mediados por relações de poder e desigualdades institucionais.

Tabela 2. Configurações CMO na Restituição de Arquivos Deslocados

Contexto	Mecanismo	Critérios axiológicos	Resultado principal	Desafios	Impactos	Fontes
Pós-colonialismo, guerra, diáspora	Negociação entre propriedade legal e reivindicação moral	Justiça reparadora, descolonização, empatia, equidade	Redefinição da legitimidade da posse e do direito de acesso	Inéria institucional, enquadramentos legais contraditórios, ausência de mecanismos internacionais	Acesso negado a comunidades, dilemas profissionais para arquivistas, contestação institucional	Carter (2022), Caswell (2011), Lowry (2019a; 2019b), Danielson (2004), Kecskeméti (2009)
Disputa entre comunidades e instituições detentoras	Transição de custódia para curadoria partilhada (<i>stewardship</i>)	Confiança, responsabilidade partilhada, autodeterminação	Fortalecimento das relações com comunidades de origem, novos modelos de gestão	Desequilíbrio de poder, resistência de instituições, falta de capacidade nos países receptores	Empoderamento de grupos marginalizados, contestação às normas institucionais	Montgomery (2013; 2010), Lustig (2017), Hiribarren (2017), Cox (2011), Harrison (2024)
Capacidade institucional desigual	Recurso à digitalização como forma simbólica de repatriação	Acesso, reparação simbólica, justiça intergeracional	Acesso remoto e continuado; contestação mitigada	Perda de contexto, dificuldades de reavaliação, ausência de infraestruturas	Envolvimento comunitário limitado, desigualdade de acesso	Mnjama e Lowry (2017), Boserup (2005)

(continua na página seguinte)

Contexto	Mecanismo	Critérios axiológicos	Resultado principal	Desafios	Impactos	Fontes
Arquivos relacionados com minorias, memórias silenciadas	Activação de códigos éticos na desclassificação e restituição	Proveniência, inalienabilidade, memória colectiva, descolonização	Reconhecimento histórico e reavaliação dos critérios arquivísticos	Histórias contestadas, paisagens políticas instáveis	Apoio à continuidade cultural, revalorização de vozes comunitárias	Delva (2018), Linebaugh e Lowry (2021), Caswell (2013)
Normas profissionais contestadas em contextos pós-coloniais e transnacionais	Reformulação da autoridade arquivística e contestação de práticas normativas estabelecidas	Ética profissional, transparéncia, pluralismo epistêmico, responsabilização	Revisão de códigos de conduta, inclusão de novos princípios éticos e reconhecimento de saberes comunitários	Resistência interna, ausência de consenso internacional, tensões entre práticas locais e padrões globalizados	Transformação dos papéis profissionais, maior inclusão de perspectivas comunitárias, tensões institucionais	Sutton (2021), Caswell (2013), Linebaugh e Lowry (2021), Aarons e Leonce (2022)

Fonte: Elaborado pelo autor

3. DISCUSSÃO

3.1. Sumário dos resultados

A presente análise identificou que os critérios axiológicos que podem desempenhar um papel determinante nas decisões de reavaliação e desincorporação de arquivos deslocados, especialmente em contextos marcados pelo colonialismo, guerra, transições político-administrativas e diáspora. Os mecanismos principais incluem a negociação entre direitos legais e reivindicações morais, a reconfiguração da custódia arquivística com base na confiança e no envolvimento comunitário, e a contestação de normas institucionais estabelecidas. Estas dinâmicas são mediadas por valores como justiça reparadora, empatia radical, inalienabilidade e continuidade cultural, moldando os resultados observados: desde o reforço da responsabilidade institucional até ao empoderamento de comunidades marginalizadas. Por exemplo, em casos como o dos arquivos coloniais britânicos (Carter 2022), observou-se uma clara tensão entre a titularidade legal dos arquivos e as reivindicações morais das ex-colónias, evidenciando o papel da justiça reparadora como mecanismo determinante. Noutros casos, como no estudo de Montgomery (2010) sobre os arquivos Anfal no Curdistão Iraquiano, a repatriação foi orientada por princípios de curadoria partilhada e autodeterminação, permitindo às comunidades o acesso e a gestão da sua própria memória histórica, em sentido oposto de restituir ao arquivo nacional daquele país. De facto, a existência de instrumentos jurídicos que preveem a restituição/repatriação de arquivos, como as convenções de Haia de 1954, UNIDROIT, entre outros, não significa que as entidades a quem se lhes contesta o direito de custódia cumpram com estes princípios

(Grimsted 1998; Montgomery 2015). Por isso, torna-se essencial adotar abordagens neocustodiais na restituição de arquivos, reconhecendo as funções de reavaliação e desincorporação como componentes integrantes do ciclo de gestão arquivística, com implicações nos sistemas de OC. Ainda que a restituição ou repatriação de arquivos seja formalmente viável, a sua efetivação deve ser condicionada às capacidades institucionais e técnicas das comunidades reivindicantes, sob pena de comprometer a continuidade cultural, a conservação e proteção, a vinculação identitária aos acervos e a integração adequada nas normas e práticas arquivísticas estabelecidas (Caswell 2011) ou a *arquivioclastias* (ou destruição intencional de arquivos) como analisado por Montgomery (2017).

Num outro conspecto, por exemplo, ainda que a digitalização (e substitutos, como micrografias) surja como uma solução plausível (Boserup 2005; Mnjama e Lowry 2017), faltam estudos que avaliem o impacto real desta prática nas comunidades destinatárias. Investigações futuras poderão explorar estes efeitos com metodologias participativas, envolvendo diretamente os utilizadores finais dos arquivos restituídos.

Estes resultados corroboram tendências já identificadas na literatura internacional sobre justiça de arquivo e práticas descoloniais (Caswell 2011; Lowry 2019a), que sublinham a necessidade de repensar a autoridade arquivística e de reconhecer os direitos das comunidades sobre a sua herança documental. A abordagem baseada em *stewardship* ou curadoria partilhada, em detrimento da mera custódia, é cada vez mais defendida como um modelo de governação ética e inclusiva dos arquivos.

A desincorporação de arquivos deslocados exige um enquadramento axiológico que ultrapasse os critérios tradicionais de avaliação arquivística, incorporando considerações éticas, históricas e culturais. Um dos princípios fundamentais neste processo é o da justiça reparadora, que visa corrigir injustiças históricas ligadas ao colonialismo, ao conflito armado ou à ocupação forçada. A restituição de arquivos nestes contextos não é apenas um gesto simbólico, mas uma ação de reparação que reconhece a violência da sua apropriação. Estudos como os de Caswell (2011) e Mnjama e Lowry (2017) demonstram como a restituição pode contribuir para restaurar a continuidade cultural e legitimar as memórias coletivas das comunidades afetadas. Lowry vai mais longe ao propor uma reavaliação «using affect», sugerindo que «these records have more power in the places of their creation» (2019b, p. 192) do que junto de entidades a quem se lhes contesta o direito de custódia.

A autodeterminação cultural constitui outra linha orientadora essencial. Os arquivos devem ser entendidos não apenas como objetos de gestão técnica, mas como instrumentos de representação e afirmação identitária. Assim, comunidades de origem devem ter o direito de aceder, interpretar e gerir os documentos que lhes dizem respeito, mesmo que juridicamente não sejam consideradas proprietárias ou cujos proprietários deixaram de existir. Isto implica escutar essas comunidades e

envolver os seus representantes nos processos de decisão. Exemplos como o caso dos arquivos *Anfal* no Curdistão Iraquiano (Montgomery 2010) ilustram a centralidade da autodeterminação na redefinição da titularidade arquivística.

A análise da proveniência dos documentos deve também ser repensada sob uma ótica ética. Não basta saber onde os arquivos foram produzidos, mas compreender em que condições foram transferidos e com que implicações. Quando se trata de património documental de carácter público ou comunitário, o princípio da inalienabilidade torna-se relevante, sugerindo que tais arquivos não deveriam ter sido removidos nem mantidos fora do seu contexto original. Danielson (2013) e Grimssted (2003) são claras ao apontar para a necessidade de garantir que a proveniência oriente decisões de restituição mais transparentes e responsáveis.

A superação de modelos centrados na custódia exclusiva por parte de instituições arquivísticas é outro elemento central. Sutton (2021) defende que esta transição é necessária para responder aos desafios de arquivos partilhados em contextos pós-coloniais e transnacionais, promovendo formas de cogestão que respeitem os diferentes saberes envolvidos. Cox (2011) refere o recurso à figura do depósito físico como estratégia de repatriação por parte de França, mantendo a sua prerrogativa como dona da documentação, à Coreia do Sul, contornando limitações jurídicas.

Por fim, é fundamental considerar a capacidade e a legitimidade das entidades reivindicantes para formular pedidos de restituição ou repatriação, tendo em conta que comunidades locais e instituições governamentais do mesmo país nem sempre partilham interesses ou objetivos convergentes. Nesse sentido, a desincorporação deve estar acompanhada de estratégias de capacitação, apoio técnico e, quando necessário, alternativas como a digitalização partilhada. Estudos como os de Boserup (2005), Niessen (2018) e Delva (2018) mostram como soluções híbridas podem mitigar os efeitos da desigualdade institucional e promover o acesso continuado à informação. Porém, importa considerar que o recurso a novas tecnologias podem gerar novas relações de poder, como as repatriações digitais, especialmente em contexto pós-colonial (ou originadas em contexto subnacional), que podem ser vistas como «a continuation of the injustice of the original expropriation» (Linebaugh e Lowry 2021, p. 289).

Em suma, os critérios axiológicos que devem orientar os processos de reavaliação/desincorporação de arquivos deslocados devem considerar os fatores incoativos do fenómeno, reconhecendo que a semelhança das causas e dos contextos de despossessão não implica, necessariamente, a adoção de soluções uniformes.

3.2. Limitações e perspetivas

A síntese dos estudos revela uma base teórica sólida, mas com fraca sustentação empírica. Predominam análises conceptuais e estudos de caso, dificultando a generalização

de resultados. A diversidade de contextos e intervenientes evidencia a complexidade da restituição, mas limita a comparabilidade. Apesar do consenso sobre a importância dos critérios éticos, a sua aplicação varia. Destacam-se ainda limitações da Elicit no acesso a textos completos e a escassez de investigações sistemáticas. Assim, embora se identifiquem tendências relevantes, não é possível definir boas práticas ou efeitos consistentes, dada a incipienteza dos estudos sobre reavaliação e desincorporação.

3.3. Comparação com a literatura existente

Os resultados desta revisão alinham-se com grande parte da literatura existente sobre restituição/repatriação arquivística, sobretudo no que diz respeito à centralidade das considerações éticas e axiológicas na reavaliação e desincorporação de arquivos deslocados (Macedo 2019; Macedo, Silva e Freitas 2022). Este ponto contrasta com abordagens de tipo normativo presentes, por exemplo, em Grimsted (1998; 2003), onde a restituição é tratada mais como uma questão jurídica e diplomática do que como uma prática reparadora centrada nas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Os resultados desta RRR mostram que os processos de reavaliação e desincorporação de arquivos deslocados estão ligados a contextos de colonialismo, conflito, secessão e diáspora, onde critérios axiológicos e éticos são centrais. Apesar da ausência de terminologia comum e de práticas sistematizadas, emergem padrões que exigem a reformulação das políticas arquivísticas. Três mecanismos destacam-se: (1) negociação entre direitos legais e reivindicações morais, com base em justiça reparadora, empatia e inalienabilidade; (2) transição da custódia para modelos de curadoria partilhada, centrados na confiança e autodeterminação; e (3) ativação de códigos éticos e contestação das normas institucionais. Estas dinâmicas operam em contextos marcados por desigualdade e limitações jurídicas. A restituição com base em valores éticos pode reforçar a legitimidade comunitária e transformar práticas profissionais. Contudo, a literatura carece de evidência empírica robusta, dificultando práticas replicáveis. Torna-se urgente criar quadros normativos coerentes e participativos, que integrem os saberes e direitos das comunidades envolvidas.

Ao reconhecer os arquivos como instrumentos de poder simbólico e de afirmação identitária, defende-se que a sua restituição não pode ser reduzida a uma operação técnica, nem como um empobrecimento para a instituição, como defende Kecskeméti (1977), mas deve assentar num compromisso ético com a justiça histórica, a transparência institucional e a reparação cultural.

REFERÊNCIAS

- AARONS, John A., e Helena LEONCE, 2022. Diasporic, Displaced, Alienated or Shared: Caribbean Literary Archives. Em: James LOWRY, ed. *Disputed Archival Heritage*. Londres: Routledge, pp. 211-230. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003057765-12>.
- BERNARD, Nathan, et al., 2025. Using artificial intelligence for systematic review: the example of elicit. *BMC Medical Research Methodology* [Em linha]. 18 March 2025. **25**(1), 75 [consult. 2025-06-11]. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12874-025-02528-y>.
- BHASKAR, Roy, 1975. *A realist theory of science*. [York]: Leeds Books. ISBN 978-0-85952-013-3.
- BOSERUP, Ivan, 2005. The Manuscript and the Internet: digital repatriation of cultural heritage. *IFLA Journal – International Federation of Library Associations*. June. **31**(2), 169-173. DOI: <https://doi.org/10.1177/0340035205054881>.
- CARTER, Alia, 2022. Working with the Migrated Archives Working Group at the Centre for Critical Archives and Records Management Studies at University College London. *Comma* [Em linha]. January. **2022**(2), 345-350 [consult. 2025-06-21]. Disponível em: <https://doi.org/10.3828/coma.2022.27>.
- CASWELL, Michelle, 2013. Rethinking Inalienability: Trusting Nongovernmental Archives in Transitional Societies. *American Archivist*. Spring. **76**(1), 113-134. DOI: <https://doi.org/10.17723/aarc.76.1.p2260065lj714657>.
- CASWELL, Michelle, 2011. «Thank You Very Much, Now Give Them Back»: Cultural Property and the Fight over the Iraqi Baath Party Records. *The American Archivist* [Em linha]. **74**(1), 211-240 [consult. 2025-06-21]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23079007>.
- COX, Douglas, 2011. «Inalienable» archives: Korean royal archives as French property under international law. *International Journal of Cultural Property*. **18**(4), 409-423. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0940739111000245>.
- DANIELSON, Elena S., 2013. Archives and the Ethics of Replevin. *Journal of Information Ethics*. 9 January 2013. **22**(2), 110-140. DOI: <https://doi.org/10.3172/JIE.22.2.110>.
- DANIELSON, Elena S., 2004. The displaced documents of Central Europe. *Comma* [Em linha]. **3**(4), 197-203 [consult. 2025-06-21]. Disponível em: <https://hds.hebis.de/asmr/Record/HEB441937942>.
- DELVA, Melanie, 2018. Decolonizing the Prisons of Cultural Identity: Denominational Archives and Indigenous «Manifestations of Culture». *Toronto Journal of Theology*. Spring. **34** (1), 3-20. DOI: <https://doi.org/10.3138/tjt.2017-0016>.
- GRIMSTED, Patricia Kennedy, 2010. Why Do Captured Archives Go Home? Restitution Achievements under the Russian Law. *International Journal of Cultural Property*. 5 January 2010. **17**(2), 291-333. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0940739110000123>.
- GRIMSTED, Patricia Kennedy, 2003. Russian Attitudes Towards Archival Rossica Abroad: Cultural Reintegration or Political Agenda? *Slavic & East European Information Resources* [Em linha]. 1 September 2003. **4**(4), 107-139 [consult. 2025-06-21]. Disponível em: https://doi.org/10.1300/J167v04n04_10.
- GRIMSTED, Patricia Kennedy, 1998. «Trophy» archives and non-restitution: Russia's Cultural «Cold War» with the European Community. *Problems of Post-Communism*. **45**(3), 3-16. DOI: <https://doi.org/10.1080/10758216.1998.11655785>.
- GRIMSTED, Patricia Kennedy, 1997. Displaced Archives and Restitution Problems on the Eastern Front in the Aftermath of the Second World War. *Contemporary European History*. 3 January 1997. **6**(1), 27-74. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0960777300004045>.
- GUIMARÃES, José Augusto Chaves, et al., 2008. Ethics in the knowledge organization environment: An overview of values and problems in the LIS literature. *Advances in Knowledge Organization*. **11**, 361-366.

- HADDAWAY, Neal R., et al., 2022. PRISMA2020: An R package and Shiny app for producing PRISMA 2020-compliant flow diagrams, with interactivity for optimised digital transparency and Open Synthesis. *Campbell Systematic Reviews* [Em linha]. **18**(2), e1230 [consult. 2024-03-29]. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/cl2.1230>.
- HARRISON, Erica, 2024. Activating Displaced Radio Archives: The German «Loot Collection» (Kořistní Fond) at Czech Radio. *Media History* [Em linha]. 2 Abril 2024. **30**(2), 223-238 [consult. 2025-06-21]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13688804.2024.2332726>.
- HIRIBARREN, Vincent, 2017. Hiding the Colonial Past? A Comparison of European Archival Policies. Em: James LOWRY, ed. *Displaced Archives*. Nova Iorque: Routledge, pp. 74-85.
- HUGGARD, Marcella, e Laura Uglean JACKSON, 2019. Practices in Progress: The State of Reappraisal and Deaccessioning in Archives. *The American Archivist*. **82**(2), 508-547. DOI: <https://doi.org/10.17723/aarc-82-02-04>.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1996. *ICA Code of Ethics* [Em linha] [consult. 2025-06-21]. Disponível em: <https://www.ica.org/en/ica-code-ethics>.
- JACKSON, Laura Uglean, ed., 2019. *Reappraisal and Deaccessioning in Archives and Special Collections* [Em linha]. Lanham, MD: Rowman & Littlefield [consult. 2021-07-17]. Disponível em: <https://rowman.com/isbn/9781538116005>.
- KECSKEMÉTI, Charles, 2009. Displaced European Archives: Is It Time for a Post-War Settlement? *American archivist*. 22 August 2009. **55**(1), 132-140. DOI: <https://doi.org/10.17723/aarc.55.1.g15783l74577780t>.
- KECSKEMÉTI, Charles, 1977. *Archival claims; preliminary study on the principles and criteria to be applied in negotiations* [Em linha] [consult. 2025-06-21]. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000029879_fre.
- LINEBAUGH, Riley, e James LOWRY, 2021. The archival colour line: race, records and post-colonial custody. *Archives and Records* [Em linha]. 2 September 2021. **42**(3), 284-303 [consult. 2023-08-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23257962.2021.1940898>.
- LOWRY, James, 2019a. «Displaced archives»: proposing a research agenda. *Archival Science*. December. **19**(4), 349-358. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09326-8>.
- LOWRY, James, 2019b. Radical empathy, the imaginary and affect in (post)colonial records: how to break out of international stalemates on displaced archives. *Archival Science*. June. **19**(2), 185-203. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09305-z>.
- LUSTIG, Jason, 2017. Who Are to Be the Successors of European Jewry? The Restitution of German Jewish Communal and Cultural Property. *Journal of Contemporary History*. **52**(3), 519-545. DOI: <https://doi.org/10.1177/0022009416647116>.
- MACEDO, L. S. Ascensão de, 2025. Reavaliar para desincorporar: implicações éticas no contexto da restituição de arquivos deslocados (dados da investigação, anexo 1). OSF [Em linha]. 23 junho 2025 [consult. 2025-06-23]. Disponível em: <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/VGB6C>.
- MACEDO, L. S. Ascensão de, 2019. Arquivos deslocados: mapeamento de literatura. *Brazilian Journal of Information Science*. December. **13**(4), 5-34. DOI: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2019.v13n4.02.p5>.
- MACEDO, L. S. Ascensão de, Carlos Guardado da SILVA, e Maria Cristina Vieira de FREITAS, 2022. Information Representation in Displaced Archives: A Meta-Synthesis. *Knowledge Organization*. 28 November 2022. **49**(5), 329-351. DOI: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2022-5>.
- MNJAMA, Nathan, e James LOWRY, 2017. A Proposal for Action on African Archives in Europe. Em: James LOWRY, ed. *Displaced Archives*. Londres: Routledge. pp. 101-113. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315577609-8>.
- MONTGOMERY, Bruce, 2017. Iraq and Kuwait: The Seizure and Destruction of Historical Patrimony. Em: James LOWRY, ed. *Displaced Archives*. Nova Iorque: Routledge, pp. 158-79.

- MONTGOMERY, Bruce, 2015. Reconciling the Inalienability Doctrine with the Conventions of War. *American Archivist*. Fall. **78**(2), 288-316. DOI: <https://doi.org/10.17723/0360-9081.78.2.288>.
- MONTGOMERY, Bruce, 2013. Rescue or Return: The Fate of the Iraqi Jewish Archive. *International Journal of Cultural Property*. May. **20**(2), 175-200. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0940739113000040>.
- MONTGOMERY, Bruce, 2010. Returning Evidence to the Scene of the Crime: Why the Anfal Files Should be Repatriated to Iraqi Kurdistan. *Archivaria*. Spring. (69), 143-171.
- NIESSEN, James P., 2018. Heritage and Repatriation in the History of Habsburg and Hungarian Archives. *Hungarian Cultural Studies*. 8 June 2018. **11**, 136-143. DOI: <https://doi.org/10.5195/ahea.2018.327>.
- PAWSON, Ray, 2006. *Evidence-based policy: a realist perspective*. Londres: SAGE.
- PAWSON, Ray, e Nick TILLEY, 1997. *Realistic evaluation*. Londres: SAGE. ISBN 978-0-7619-5008-0.
- PEARCE-MOSES, R., 2005. *A glossary of archival and records terminology* [Em linha]. Chicago: Society of American Archivists [consult. 2019-01-16]. Disponível em: <https://www2.archivists.org/glossary>.
- RIBEIRO, Fernanda, 2001. Archival science and changes in the paradigm. *Archival Science*. September. **1**(3), 295-310. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF02437693>.
- SILVA, Andrieli Pachú da, Natália Bolfarini TOGNOLI, e José Augusto Chaves GUIMARÃES, 2017. Os valores éticos na organização e representação do conhecimento arquivístico. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*. **11**(1), 44-53. DOI: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n1.05.p44>.
- SUTTON, David C., 2021. Safe havens for archives at risk: a new international initiative. *Comma*. August. **2020**(1-2), 87-96 [consult. 2025-06-21]. DOI: <https://doi.org/10.3828/comma.2020.5>.
- WALTER, Alissa, 2022. The repatriation of Iraqi Ba'th Party archives: Ethical and practical considerations. *Journal of Contemporary Iraq & the Arab World*. Junho. **16**(1/2), 117–136. DOI: https://doi.org/10.1386/jciaw_00076_1.
- WONG, Geoff, et al., 2016. RAMESES II reporting standards for realist evaluations. *BMC Medicine*. **14**(1), 96. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12916-016-0643-1>.